

PRÁTICAS INCLUSIVAS E MEDIAÇÃO DOCENTE NO ENSINO DE ALUNOS COM TEA: PERSPECTIVAS, INTERVENÇÕES E DESAFIOS PEDAGÓGICOS NO AMBIENTE ESCOLAR

Erica Lamara Gomes Alves Grigorio¹; Daniele Maquine Rodrigues²; Nathan Ronny Ferreira Lucena³

¹Doutoranda em Ciência da Educação na Área de Matemática, Centro Internacional de Pesquisas Integralize, CNPJ:32.682.373/0001-86, Itaporanga-PB, Brasil. <https://orcid.org/0009-0005-8137-7487>.

²Mestra em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT/IFRR), Boa Vista - RR, Brasil

³ Licenciatura em Geografia e Licenciatura em Computação pela Universidade Estadual da Paraíba e graduado em Pedagogia pela FAVENI. Pós-graduação em Ensino de Geografia e Meio Ambiente- FAVENI, Pós-graduado em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho pela Universidade Federal do Piauí- Desterro-PB.

Introdução

A garantia do direito à educação para todos, estabelecida na Constituição Federal de 1988 e reafirmada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), fundamenta o movimento pela educação inclusiva no Brasil. Contudo, a efetivação da inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino regular apresenta desafios complexos, centrados frequentemente na atuação docente. Essa tensão entre o discurso legal e a prática cotidiana evidencia a necessidade de aprofundar o que se entende por inclusão, como aponta Omote (2015), para além da mera matrícula. A literatura aponta que, apesar do avanço normativo representado por documentos como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Base Nacional Comum Curricular (2018), os professores se deparam com uma lacuna entre as diretrizes e a prática pedagógica (Mendes, 2018; Garcia, 2013). O problema reside na necessidade de mediações e intervenções especializadas que nem sempre são dominadas ou apoiadas estruturalmente, gerando sobrecarga e incertezas. Como afirma Mantoan (2015), a inclusão não é um simples ato de matricular, mas um processo que exige transformação pedagógica. Diante desse contexto, este trabalho tem como objetivo geral analisar as práticas inclusivas e a mediação docente voltadas a alunos com TEA no ambiente escolar. Como objetivos específicos, buscam-se: (a) identificar os principais desafios pedagógicos enfrentados pelos professores; (b) discutir as intervenções e estratégias de mediação mais eficazes; e (c) relacionar essas práticas com as diretrizes das políticas públicas de educação inclusiva.

Metodologia

Trata-se de uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa. A pesquisa foi fundamentada em um levantamento de documentos oficiais (Constituição Federal, LDB, BNCC, PNEEPEI), artigos científicos indexados em bases como SciELO e Redalyc, e teses de programas de pós-graduação reconhecidos. A seleção das fontes priorizou obras que discutem a intersecção entre TEA, mediação docente e políticas educacionais. A análise do material foi realizada por meio da análise de conteúdo temática (Bardin, 2016), agrupando os dados em categorias como "desafios da mediação", "estratégias de intervenção" e "políticas de suporte".

Resultados e discussão

A análise revela que o principal desafio para a mediação docente é a formação inicial e continuada deficitária. Gavioli e Prieto (2011) apontam que os cursos de licenciatura, em geral, não preparam os futuros professores para lidar com a diversidade, especificamente com as peculiaridades do TEA, como dificuldades na comunicação e interação social (Schmidt & Bosa, 2003). Essa falta de preparo gera insegurança e dificulta a adaptação curricular, um pilar da inclusão. A BNCC (2018) propõe as "dez competências para a inclusão", mas sua implementação depende de um suporte que muitas vezes inexistente. As intervenções mais eficazes, segundo a literatura, são aquelas que se baseiam na estruturação e na previsibilidade. Estratégias como o uso de recursos visuais (agendas, cartões de comunicação), a organização do ambiente físico e o ensino individualizado, alinhados a princípios do TEACCH, são destacados como promotores de autonomia e redução de ansiedade nos alunos com TEA (Camargo & Bosa, 2009). O ensino colaborativo, em que o professor da sala comum atua em parceria com o professor de educação especial, surge como uma estratégia potente para planejar e executar intervenções eficazes (Ferreira, 2019). Contudo, a discussão mostra que o sucesso dessas práticas depende de uma mudança estrutural. A política de inclusão, embora avançada, esbarra na falta de recursos humanos e materiais, e na cultura escolar que ainda resiste à mudança (Silva & Kassar, 2007). A mediação docente, portanto, não é um ato isolado, mas uma prática que depende de uma rede de apoio que inclui gestão, família e profissionais especializados (Baptista, 2006).

Conclusões

A inclusão de alunos com TEA depende fundamentalmente da mediação docente qualificada e intencional. Os principais desafios são a formação inicial e continuada insuficiente e a carência de recursos de apoio nas escolas. Estratégias como o uso de recursos visuais, o planejamento individualizado e o ensino colaborativo demonstram grande eficácia pedagógica. Existe uma distância significativa entre as diretrizes das políticas públicas e a prática efetiva nas salas de aula. A superação dos obstáculos exige um investimento sistêmico na formação e no suporte ao professor.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva; Transtorno do Espectro Autista (TEA); Mediação Docente; Práticas Pedagógicas; Políticas Educacionais.

Referências Bibliográficas

- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016. BAPTISTA, Cláudio Roberto. A inclusão e sua interface com a educação especial. Em: BAPTISTA, Cláudio Roberto (org.). Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas. Porto Alegre: Mediação, 2006. p. 13-24.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 fora. 2023.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 21 fora. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 21 fora. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 21 fora. 2023.

CAMARGO, Sígla Pimentel Höher; BOSA, Cleonice Alves. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. *Psicologia & Sociedade*, v. 21, n. 1, p. 65-74, 2009. DOI: 10.1590/S0102-71822009000100009.

FERREIRA, Júlia R. B. O ensino colaborativo como suporte para a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista na rede regular de ensino. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11539>. Acesso em: 21 fora. 2023.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Políticas de inclusão e o trabalho do professor na educação especial. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 34, n. 122, p. 151-169, 2013. DOI: 10.1590/S0101-73302013000100009.

GAVIOLI, Rosângela; PRIETO, Rosângela Gavioli. Formação de professores para a educação inclusiva: reflexões a partir de um estudo sobre a escola e o ensino de alunos com deficiência. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 41, p. 77-95, 2011. DOI: 10.1590/S0104-40602011000300006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? por quê? Como fazer?* 2. ed. São Paulo: Moderna, 2015.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 24, p. 1-14, 2018. DOI: 10.1590/s1413-6538241800040002.

OMOTE, Sadao. Inclusão e educação: do que estamos falando? *Cadernos de Pesquisa*, v. 45, n. 158, p. 860-877, 2015. DOI: 10.1590/198053143277.

SCHMIDT, Carla; BOSA, Cleonice. A investigação da interação social em crianças com autismo: uma revisão crítica da literatura. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 16, n. 1, p. 109-117, 2003. DOI: 10.1590/S0102-79722003000100012.

SILVA, Ana Cristina Dias da; KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. A atuação do professor de sala comum no ensino fundamental e a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 13, n. 2, p. 247-260, 2007. DOI: 10.1590/S1413-65382007000200007.

